

## Editorial

O interesse social pelos temas arqueológicos, acentuado sobremaneira na segunda metade do século XX, na razão directa da profunda alteração da paisagem e do crescente sentimento de desenraizamento cultural de vastíssimas camadas da população, especialmente das chamadas "classes médias", encontrou nos museus e na musealização de sítios e monumentos uma das suas mais visíveis formas de expressão pública. Em levantamento realizado no início da década de 90, contavam-se em Portugal cerca de oito dezenas de espaços museológicos, ou afins, onde se realizava a apresentação de colecções arqueológicas. E tal número não parou de crescer desde então, como se demonstra no "Inquérito aos Museus em Portugal", realizado em 1998/1999 pelo Instituto Português de Museus, em colaboração com o Observatório das Actividades Culturais – a mais completa base de dados de que dispomos na actualidade e onde 144 instituições (mais de 1/4 do universo total dos museus portugueses) declararam possuir colecções de arqueologia, consideradas por mais de 90% (133 museus) como "categoria dominante" dos respectivos acervos.

Publicam-se no presente número de "O Arqueólogo Português" as actas do 1.º Encontro Nacional de Museus com Colecções de Arqueologia, que teve lugar em 21 e 22 de Junho de 1999, no âmbito dos chamados "Encontros do Museu Nacional de Arqueologia", iniciados em 1998 através de um colóquio subordinado ao tema genérico Da Aldeia à Cidade e de que algumas das conferências então produzidas vieram a ser dadas à estampa no anterior número desta revista.

O interesse social pelos temas arqueológicos, acentuado sobremaneira na segunda metade do século XX, na razão directa da profunda alteração da paisagem e do crescente sentimento de desenraizamento cultural de vastíssimas camadas da população, especialmente das chamadas "classes médias", encontrou nos museus e na musealização de sítios e monumentos uma das suas mais visíveis formas de expressão pública. Em levantamento realizado no início da década de 90, contavam-se em Portugal cerca de oito dezenas de espaços museológicos, ou afins, onde se realizava a apresentação de colecções arqueológicas. E tal número não parou de crescer desde então, como se demonstra no "Inquérito aos Museus em Portugal", realizado em 1998/1999 pelo Instituto Português de Museus, em colaboração com o Observatório das Actividades Culturais – a mais completa base de dados de que dispomos na actualidade e onde 144 instituições (mais de 1/4 do universo total dos museus portugueses) declararam possuir colecções de arqueologia, consideradas por mais de 90% (133 museus) como "categoria dominante" dos respectivos acervos.

Um campo tão vasto e em tão acelerado crescimento sugere numerosas interrogações. Umas de natureza teórico-epistemológica

(serão todos aqueles espaços verdadeiros museus? E mais exactamente, museus de arqueologia? Qual o lugar específico e o tipo de relações disciplinares a estabelecer entre arqueologia e museologia, na construção dos discursos museológicos? Onde termina o conceito de museu e começam os de animação museal, parque temático ou centro interpretativo?); outras de natureza sócio-política (como se constituíram e que condições de sobrevivência têm aqueles espaços? Que experiências acumularam? Que papel lhes tem cabido nas comunidades onde se inserem? Quais as carreiras profissionais e a formação desejável para quem aí trabalha? Qual o entendimento a dar ao conceito de rede portuguesa de museus nesta área?); outras ainda de natureza metodológica (qual o "estado da arte" em domínios tão sensíveis como os da conservação preventiva, do inventário, nas suas múltiplas vertentes e valências, da organização das colecções em reservas, da circulação de acervos, dos programas expositivos, etc.; quais as experiências existentes noutras planos da actividade museal, como sejam a administração, a arquitectura e os equipamentos museográficos, a extensão cultural e acção educativa, o planeamento de actividades, a internacionalização, a edição de catálogos e outras publicações, a venda de produtos em lojas, o recurso às novas tecnologias, etc.).

Todas estas interrogações e perspectivas de reflexão estiveram presentes neste 1º Encontro, que logrou efectivamente alcançar uma larguíssima e entusiástica participação de numerosos interessados, de Norte a Sul do País, funcionando nas seis secções a seguir indicadas, para as quais a organização convidou em cada caso um reputado especialista, que garantiu a coordenação dos debates e a introdução geral da respectiva temática, através da realização de uma exposição problematizante de abertura: conceitos programáticos (Isabel Pereira), gestão dos acervos (Maria Isabel Silva), experiências educativas (Graça Filipe), centros documentais (Manuel Real), conservação e restauro (Adília Alarcão), programas expositivos (Armando Coelho Silva).

Infelizmente e não obstante os esforços que desenvolvemos, não nos foi possível recolher a totalidade das conferências iniciais e das comunicações apresentadas. Tão-pouco nos foi tecnicamente viável transcrever os debates ocorridos. Mas ficamos ainda assim com a

*convicção de que o material recebido e ora publicado constitui, por si próprio, eloquente testemunho do estado da museologia arqueológica portuguesa em finais do século XX.*

*O Museu Nacional de Arqueologia sente, assim, ter desempenhado adequadamente o papel dinamizador que lhe competiria. Fazemos votos para que a iniciativa tenha continuidade, como bem julgamos merecer.*

Luís Raposo\*

\* Director do Museu Nacional de Arqueologia

